

## PARECER Nº , DE 2015

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o (RQS) nº 668, de 2015, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações, a serem solicitadas ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, acerca das ações e medidas deste ministério para minorar os índices de conflitos agrários e violência nas zonas rurais decorrentes dessas disputas no estado do Amazonas.*



SF/15300.67323-01

Relator: **GLADSON CAMELI**

### I – RELATÓRIO

Por meio do Requerimento nº 668, de 2015, a Senadora Vanessa Grazziotin requer ao Ministro do Desenvolvimento Agrário as seguintes informações:

1. Quais são os municípios do estado do Amazonas que mais têm registro de conflitos agrários?
2. Qual é a extensão das áreas, por município, que apresentam conflitos agrários no estado do Amazonas?
3. Quais as principais causas de conflitos de terras no estado do Amazonas, observadas por este Ministério?
4. Quais as medidas adotadas por este Ministério para erradicar os altos índices de conflitos e violência nas zonas rurais no estado do Amazonas?

5. Quais as políticas públicas federais que estão em execução para resolução de conflitos agrários no estado do Amazonas?
6. Há convênios ou parcerias firmadas por este Ministério com outros órgãos federais, com o estado ou municípios do estado do Amazonas para erradicar os índices de violência e de conflitos agrários no estado?
7. Em quais municípios do estado do Amazonas há áreas passíveis de serem incluídas em uma reforma agrária ampla?
8. Qual a extensão dessas áreas, por município, no estado do Amazonas passíveis de serem incluídas em uma reforma agrária ampla?
9. Há planejamento por parte deste Ministério para realizar uma Reforma Agrária no estado do Amazonas?

A Autora do Requerimento argumenta que matéria jornalística divulgou que os Estados do Norte do Brasil, em especial o Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte dos estados de Mato Grosso, Maranhão e Tocantins, apresentam os maiores índices de ameaças de morte envolvendo disputas por terra. Informa ser importante conhecer as medidas a serem adotadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para evitar o surgimento de conflitos agrários com registro de altos índices de violência e mortes resultantes desses conflitos.

## **II – ANÁLISE**

No plano formal, a fiscalização e o controle dos atos da administração pública direta e indireta são constitucionalmente atribuídos ao Congresso Nacional.

No exercício dessas competências, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal têm, conforme as disposições do § 2º do art. 50 da Constituição e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado



Federal, a prerrogativa de formular pedido de informações a ministros de Estado e a qualquer titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.

Nesses termos, o Requerimento nº 668, de 2015, atende às disposições constitucionais e regimentais mencionadas e, adicionalmente, coloca-se em harmonia com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, não se apresentando qualquer óbice a sua aprovação.

### III – VOTO

Pelo exposto, **somos favoráveis à admissibilidade** e ao encaminhamento do Requerimento nº 668, de 2015, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

